MOVIMENTOS E ALIANÇAS NACIONAIS EM DEFESA DA DESMILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: RESISTÊNCIAS PELO ENCERRAMENTO DO PECIM (2019-2023)

Alexandre Marinho Pimenta
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasília, Distrito Federal, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8285-1930
Endereço eletrônico: alexmpimenta1@gmail.com

Palavras-chave: Política Educacional; Militarização da educação; Pecim; resistências; Desmilitarização.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), instituído pelo governo de Jair Bolsonaro por meio do Decreto n.º 10.004 de 5 de setembro de 2019, amplificou o processo de militarização na Educação Básica, em curso no Brasil desde a década de 2010 (Santos; Alves, 2022). Em confronto com a legislação educacional e os direitos das crianças e dos adolescentes, esse processo ocorre sob artifícios de melhoria de indicadores educacionais e de combate à violência escolar e se concretiza com a presença de membros das corporações militares e/ou de suas ideologias e práticas no ambiente escolar civil. O Pecim foi executado sob relações de parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Defesa (MD) no período de 2019 a 2023 e interferiu na gestão escolar e nos processos pedagógicos de duas centenas de escolas em todas as regiões do país. Como um programa de militarização da Educação Básica vinculado ao projeto educacional de grupos e alianças da extrema-direita, ele foi tanto apoiado por determinadas forças políticas e frações de classe presentes no governo Bolsonaro quanto criticado e combatido por forças políticas democráticas e vinculadas às classes trabalhadoras (Leher; Santos, 2023).

Todo ciclo de política educacional sofre determinações econômicas, políticas e sociais e, portanto, constitui-se pela luta de classes e pelos demais conflitos sociais, seja na sociedade

política seja na sociedade civil. No bojo dos programas de militarização da Educação Básica, confrontam-se concepções, formas e funções sociais da escola pública e das corporações militares e, consequentemente, propostas em torno dos destinos do historicamente frágil, fraturado e em risco regime democrático brasileiro. Na literatura científica sobre o tema da militarização da educação, observam-se, cada vez mais, esforços analíticos para apreender o complexo fenômeno da resistência a tal política e em defesa da desmilitarização das escolas, pela gestão democrática e demais direitos e conquistas educacionais (Santos; Alves; Ximenes, 2024; Saraiva, 2023; Tomazini, 2023).

Este estudo é parte de uma pesquisa de doutorado finalizada em 2025, que investigou os processos de militarização no âmbito do PECIM e da ascensão autoritária e neoconservadora expressa no governo Bolsonaro. O objetivo deste trabalho é discutir e analisar movimentos e alianças nacionais em defesa do encerramento do PECIM entre 2019 e 2023. Indaga-se: quais foram os movimentos e alianças em defesa da desmilitarização que se desenvolveram em nível nacional entre 2019 e 2023? Quais foram as características e reivindicações de tais mobilizações? Como esses movimentos incidiram na política educacional?

METODOLOGIA

Assume-se a perspectiva do materialismo histórico e dialético para apreender como os movimentos e alianças se engajaram em nível nacional pelo encerramento do Pecim. Além do levantamento do estado do conhecimento e do diálogo com a literatura científica, realizou-se uma análise documental de manifestos, notas, campanhas, cartas públicas e abaixo-assinados, divulgados na internet, das principais entidades sindicais e de associações científicas vinculadas ao campo educacional e de pesquisa sobre a militarização no Brasil (CNTE, 2019; Conape, 2022; Entidades, 2023; FNPE, 2020). Esse *corpus* documental apresenta-se como complementar ao analisado na pesquisa de Tomazini (2023) e considera parte dos documentos selecionados por Saraiva (2023). A análise documental teve como base a perspectiva histórico-crítica que considera o documento como resultado de lutas históricas (Evangelista, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde o início da implementação do Pecim, ocorreram diversas manifestações contrárias ao programa, que envolveram comunidades, entidades, instituições, organizações e forças sociais e políticas, além de uma significativa produção acadêmica crítica. Como afirmam Santos, Alves e Ximenes (2024), tais manifestações também estiveram presentes em programas de militarização da Educação Básica anteriores ao Pecim e reverberaram, inclusive, nas instituições do sistema de justiça (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública etc.) e nas instituições nacionais e internacionais de proteção aos direitos humanos. Esse diverso campo social e político em defesa da desmilitarização da educação afirma, em linhas gerais, que

> a militarização da educação básica segrega o acesso à educação, corrói a garantia constitucional de gestão democrática das escolas, limita o ensino dos direitos humanos e impõe barreiras às políticas públicas de memória e verdade na educação, além de representar um atentado à infância, aos direitos à identidade e à autonomia pessoal à medida que impõe padrões militares de conduta às rotinas e espaços pedagógicos.

Entre as entidades e movimentos em nível nacional que se destacaram na resistência contra o Pecim, estão: a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação no Brasil); o FNPE (Fórum Nacional Popular de Educação); e a Conape (Conferência Nacional Popular de Educação), realizada pelo FNPE, em aliança com dezenas de entidades e movimentos. De forma articulada, tais espaços constituíram-se relevantes canais de resistência ao projeto educacional do governo Bolsonaro como um todo, e em especial na manifestação pela desmilitarização da Educação Básica.

Em moção de repúdio logo no primeiro ano do Pecim, a CNTE se pronunciou da seguinte forma:

> Os/as educadores/as brasileiros/as repudiam esse programa que fere a gestão democrática de nossas escolas públicas e defendem que o ensino militar se circunscreva aos colégios militares que já existem no país. Denunciamos o processo de militarização crescente de nossas escolas públicas e alertamos à sociedade brasileira para o risco de não termos profissionais de educação devidamente qualificados para o processo de ensino-aprendizagem que uma educação de qualidade requer e exige (CNTE, 2019, *online*).

No ano seguinte, em nota pública, o FNPE resgatou o processo histórico recente da

militarização da Educação Básica no país, questionou a metodologia de comparação de resultados entre escolas civis e escolas militarizadas, assim como a própria legalidade de tal programa. Em contraposição, o FNPE defendeu "[...] a escola pública como espaço universal do exercício democrático de diálogo, pautada por relações horizontais, organização livre dos estudantes, que acolhe e valoriza as marcas éticas, estéticas e identitárias de raça-etnia, cultura, território, gênero e sexualidade" (FNPE, 2020, *online*).

A luta pela desmilitarização das escolas foi um dos temas da Conape de 2022 e prosseguiu no início do terceiro governo Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2023, um número mais amplo de grupos, entidades e movimentos ligados ao campo da educação pública reagiram de forma unificada com a *Carta da sociedade civil pela desmilitarização da educação e da vida* (Entidades, 2023). Esse documento exigiu uma medida incisiva do novo governo federal pela revogação do Pecim, vinculado à agenda governamental e política do bolsonarismo. Além disso, apresentou propostas para o enfrentamento ao fenômeno da militarização como um todo, a partir da competência da União de coordenar a política nacional de educação e da legislação educacional vigente no País.

Apesar do encerramento de o Pecim ter ocorrido em julho de 2023, por meio do Decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023, várias escolas públicas militarizadas foram incorporadas a programas locais de militarização, os quais continuaram em expansão (Santos; Alves; Ximenes, 2024). Além disso, permaneceu na conjuntura brasileira as ofensivas autoritárias e neoconservadoras no âmbito da política educacional. De toda forma, verificou-se a ocorrência manifestações públicas e articulações de movimentos e entidades sindicais, científicas e da sociedade civil em resistência a tal programa e em defesa da educação pública como uma conquista democrática. Tal fenômeno incidiu no debate público e, juntamente com agentes da sociedade política, compôs o conjunto de fatores que conduziram ao encerramento do Pecim, embora sem maiores conquistas na luta geral pela desmilitarização.

CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi discutir e analisar movimentos e alianças nacionais em defesa do encerramento do PECIM entre 2019 e 2023. A partir da análise da literatura científica e de documentos da sociedade civil, este estudo reconstruiu historicamente alguns dos movimentos e alianças que reivindicaram, em encontros, moções de repúdio, notas, cartas

e abaixo-assinados, não apenas o encerramento do Pecim, mas também o fim do processo de militarização da Educação Básica no Brasil como um todo. Tais movimentos obtiveram uma conquista parcial com o encerramento do Pecim em 2023, e permanecem relevantes em um contexto de expansão da militarização e de julgamento de sua constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO BRASIL (CNTE). **Moção de repúdio à adesão do projeto de militarização das escolas por estados brasileiros.** Brasília, 2019.

CONFERÊNCIA NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO (Conape). **Documento Final**: Reconstruir o País. Natal, 2022.

ENTIDADES. Carta da sociedade civil pela desmilitarização da educação e da vida. **Retratos da Escola,** v. 17, n. 37, p. 375-385, 2023.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, Ronaldo Marcos Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea, 2012, p. 52-71.

FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO (FNPE). **Nota do FNPE sobre a militarização das escolas públicas no Brasil**. Brasília, 2020.

LEHER, Roberto; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente. In: LEHER, Roberto. **Educação no governo Bolsonaro**. São Paulo: Expressão Popular, 2023, p. 9-42.

SANTOS, Catarina de Almeida; ALVES, Miriam Fábia; XIMENES, Salomão Barros. A expansão da militarização da educação básica no Brasil: continuidades, omissões e resistências. **Revista Cocar,** n. 27, p. 1-24, 2024.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira; ALVES, Miriam Fábia. Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional. **Cadernos de Pesquisa**, v. 52, p. 1-18, 2022.

SARAIVA, Ana Pontes. Militarização e desmilitarização das escolas públicas brasileiras: contradições e resistências. **Germinal:** Marxismo e Educação em Debate, v. 15, n. 2, p. 201-226, 2023.

TOMAZINI, Amanda Marques. **Programa Nacional das Escolas Cívico- Militares (2019-2022):** regulamentação, adesão e resistências. 2023. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.